



Semana: 30 de outubro a 03 de novembro de 2017

Números da semana:

STF:

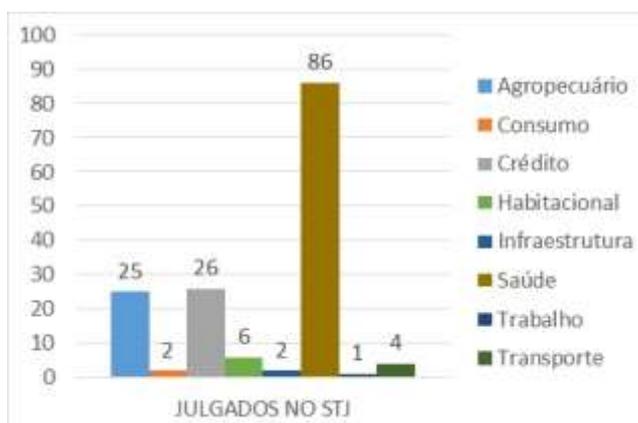
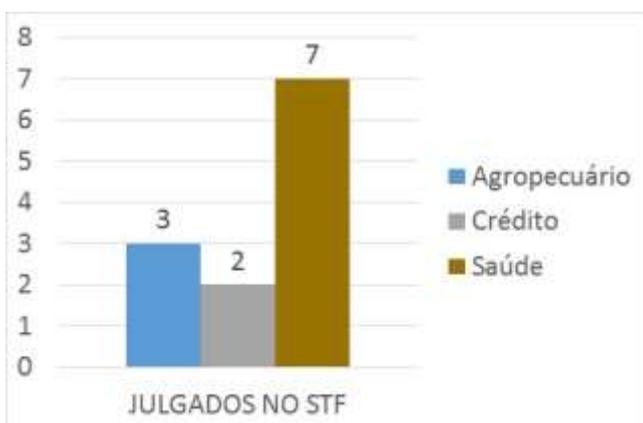
Recursos distribuídos: 04

Recursos julgados: 12

STJ:

Recursos distribuídos: 56

Recursos julgados: 152



Destaque



Visão do Poder Judiciário sobre a eliminação de associados é tema da jurisprudência temática.

As formas de desligamento do associado da cooperativa estão expressamente previstas nos artigos 32 a 35 da Lei nº 5.764/71. Dentre elas, está a eliminação do quadro social, que pode ser aplicada nos casos de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto social.

A lei, contudo, não se limitou a prever as hipóteses ensejadoras da eliminação do associado, estabelecendo, ainda, um conjunto de regras mínimas para que ela se processe.

A coletânea de jurisprudência deste mês é dedicada a mapear como os tribunais pátrios tem se posicionado em relação à eliminação de associados, muitas vezes por provocação destes últimos, na tentativa de anular a decisão.

Algumas evidências puderam ser extraídas do mapeamento de decisões judiciais sobre o tema:

- a) ainda há no Poder Judiciário bastante confusão entre as figuras da eliminação e da exclusão do associado, institutos diversos, gerando, por vezes, decisões equivocadas que impõem às cooperativas a observância do mesmo procedimento e das salvaguardas conferidas ao processo de eliminação para as hipóteses de exclusão, especialmente aquelas que se dão por perda da condição associativa. Na coletânea que segue, contudo, buscou-se limitar ao máximo as decisões às hipóteses específicas de eliminação (ainda que incorretamente denominada de exclusão, em alguns casos), não se tratando de um banco de jurisprudência específica sobre exclusão de associados;
- b) existe uma preocupação recorrente do julgador com a garantia do contraditório e da ampla defesa, princípios constitucionais que devem nortear um processo administrativo da natureza da eliminação;
- c) a maioria dos julgados afirmam que a competência do Poder Judiciário, nos casos de eliminação, restringe-se à análise da regularidade procedimental, não cabendo adentrar no mérito das decisões assembleares que confirmam a eliminação do associado. Neste sentido, a jurisprudência reforça a soberania da assembleia geral e a não interferência estatal nas questões *interna corporis*.

Neste cenário, é importante destacar alguns pontos que, necessariamente, devem ser observados nos processos de eliminação de associados, como a descrição clara e formal dos motivos que determinaram a eliminação, a prova da comunicação da decisão ao associado no prazo legal, bem como da possibilidade de apresentação de recurso, com efeito suspensivo, à assembleia subsequente e até mesmo a demonstração de ciência inequívoca do eliminado da data em que haverá a deliberação assemblear acerca do recurso apresentado.

Clique [aqui](#) e acesse a íntegra dos julgados que compõem a pesquisa temática deste mês.

Principais decisões



Superior Tribunal de Justiça

Assunto: Inexistência do dano moral quando a recusa de cobertura de tratamento médico ocorreu em virtude de previsão contratual.



RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO CIVIL. PLANO DE SAÚDE. DEMANDA POSTULANDO INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RECUSA JUSTIFICADA DE COBERTURA DE TRATAMENTO MÉDICO. CUMPRIMENTO DE NORMA CONTRATUAL NÃO GERA DANO MORAL. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(STJ, REsp nº 1.530.972/SP, Rel. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 30/10/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Impossibilidade de reembolso de despesas efetuadas com profissional de saúde não credenciado quando comprovado a existência de estabelecimento credenciado no local.



CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCP. UNIMED PALMAS. PLANO DE SAÚDE. JULGAMENTO EXTRA PETITA . NÃO CONFIGURAÇÃO. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ATENDIMENTO. REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM HOSPITAL NÃO CONVENIADO. REQUISITOS PARA CABIMENTO DO CUSTEIO. EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO ADEQUADO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA OPERADORA CONTRATADA. ART. 12, VI, DA LEI Nº 9.656/98. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, EM PARTE.

(STJ, AREsp nº 1.170.106/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 31/10/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Impossibilidade do hospital que prestou atendimento a beneficiário de plano de saúde, à revelia da negativa de autorização, demandar o pagamento diretamente à operadora do plano.



DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRETENSÃO ORIGINÁRIA DE HOSPITAL PARTICULAR E ENDEREÇADA A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. ATENDIMENTO REPUTADO DE NATUREZA EMERGENCIAL FOMENTADO A BENEFICIÁRIA DO PLANO. INTERNAÇÃO EMERGENCIAL. CUSTEIO. RECUSA DA OPERADORA. HOSPITAL. COBRANÇA ENDEREÇADA À OPERADORA. GÊNESE.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES. PRETENSÃO. RESOLUÇÃO SOB A ÉGIDE DO CONTRATADO. SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES. CONDIÇÃO. AUTORIZAÇÃO DA OPERADORA. INEXISTÊNCIA. FOMENTO. COBRANÇA. ENDEREÇAMENTO À DESTINATÁRIA, RESSALVADO EVENTUAL DIREITO DE REGRESSO. INVIABILIDADE DE COBRANÇA DIRECIONADA À OPERADORA À MARGEM DO CONTRATO SUBJACENTE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.. FORÇA RELATIVA DOS CONTRATOS. RES INTER ALIOS. COBRANÇA. PERTINÊNCIA SUBJETIVA. DIREITO. SUBSISTÊNCIA. MATÉRIA PERTINENTE AO MÉRITO. PRELIMINAR REJEITADA. APELAÇÃO PROVIMENTO. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. INVERSÃO. HONORÁRIOS. MODULAÇÃO. HONORÁRIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO (NCPC, ART. 85, §§ 2º E 11).

1. A legitimidade ad causam, enquanto condição da ação, emerge da coincidência dos sujeitos processuais com a relação de direito material da qual deriva a pretensão, ensejando a qualificação da pertinência subjetiva, ativa e passiva, para a lide, encerrando a subsistência ou não do direito invocado, a seu turno, matéria pertinente exclusivamente ao mérito.

2. Aviando o autor pretensão de cobrança lastreada em contrato de prestação de serviços médicos e hospitalares concertado entre as partes, estando o vínculo negocial patentado materialmente, subsiste a pertinência subjetiva para a composição das angularidades processuais, devendo a subsistência do direito invocado, notadamente se encontra respaldo no contratado, ser resolvido mediante análise do mérito e sob a ótica do direito material, não podendo ser resolvido sob a ótica das condições da ação.

3. Estabelecendo o contrato celebrado entre o hospital e a operadora de plano de saúde, de forma clara e textual, a condição segundo a qual o custeio dos serviços aos segurados e destinatários finais da prestação é dependente da prévia autorização da operadora de plano de saúde, mesmo em se tratando de internação de urgência e emergência, a recusa da operadora em custear os serviços fomentados, ainda que eventualmente seja reputada ilegítima à luz do contrato celebrado entre ela e o beneficiário/destinatário final da prestação e da legislação que o rege, não legitima que o nosocômio, tendo prestado os serviços à revelia do vínculo que lhe confere identificação subjetiva, demande seu custeio diretamente em face da operadora.

4. Prestados serviços médicos e hospitalares pelo nosocômio à paciente beneficiária de plano de assistência à saúde ciente da negativa de autorização pela operadora, está revestido de legitimação e lastro para demandar o custeio da prestação direta e imediatamente à consumidora destinatária dos serviços como corolário do vetusto brocardo res inter alios acta, segundo o qual o contrato, como típico instrumento de direito pessoal, somente gera efeitos, como regra, inter partes, não subsistindo suporte para que demande o pagamento diretamente à operadora que se negara ao pagamento lastreada no contrato que celebraram.

5. Editada a sentença e aviado o apelo sob a égide da nova codificação processual civil, o provimento do apelo implica, com a rejeição do pedido originariamente formulado, a inversão e modulação da verba honorária, que deverá ter como parâmetro o valor da causa, e, na sequência, sua majoração, porquanto o novo estatuto processual contemplara o instituto dos honorários sucumbenciais recursais, devendo a majoração ser levada a efeito mediante ponderação dos serviços executados na fase recursal pelo patrono da parte exitosa e guardar observância à

limitação da verba honorária estabelecida para a fase de conhecimento (NCPC, arts. 85, §§ 2º e 11).

6. Apelação conhecida e provida. Preliminar Rejeitada. Invertidos e majorados os honorários advocatícios. Unânime.

(TJDFT, Acórdão n.1057200, 20160110940986APC, Relator: TEÓFILO CAETANO 1ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 25/10/2017, Publicado no DJE: 03/11/2017. Pág.: 218-240)

Assunto: Possibilidade de recusa, pelo plano de saúde, à cobertura de exame ou tratamento realizado fora do território nacional, nos termos do contrato e da Lei nº 9.656/98.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA EM PRIMEIRO GRAU PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO - EXAME REALIZADO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL - RECUSA LEGÍTIMA - ART. 10 DA LEI 9656/98 - CONTRATO QUE NÃO É DE PADRÃO INTERNACIONAL - DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REVOGAR A TUTELA DE URGÊNCIA.

(TJMS. Agravo de Instrumento n. 1408207-03.2017.8.12.0000, Dourados, 5ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, j: 24/10/2017, p: 30/10/2017)

Assunto: Impossibilidade de interposição de apelação, face a sentença prolatada em execução fiscal, quando o valor da causa for inferior ao valor de alçada - 50 OTNs.



PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. LEI 6.830/80, ART. 34. 50 OTN'S. ALÇADA. CRÉDITO EXECUTADO. VALOR. INFERIORIDADE. APELAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. I - A teor da regra inserta no artigo 34, da Lei 6.830/80, das sentenças prolatadas em execução fiscal de valor igual ou inferior a 50 OTNs serão admitidos, apenas, embargos infringentes de alçada e de declaração. II - De acordo com o STJ, em julgado que adotou a sistemática dos recursos repetitivos, tal valor, em Janeiro/2001, equivalia a R\$ 328,27, e, para viabilizar a aferição da espécie recursal cabível, deve ser atualizado até a data da propositura da ação. III - Evidenciado que, na data da distribuição, o valor da causa não ultrapassava o limite estabelecido pela mencionada norma legal, descabida é a interposição do apelo, sendo imperioso o seu não conhecimento. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA.

(TJBA, Classe: Apelação, Número do Processo: 0849183-30.2016.8.05.0001, Relator(a): Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi, Quarta Câmara Cível, Publicado em: 01/11/2017)

Assunto: Impossibilidade de interposição de apelação, face a sentença prolatada em execução fiscal, quando o valor da causa for inferior ao valor de alçada - 50 ORTNs.



APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO INFERIOR A 50 ORTN'S. APLICAÇÃO DA TESE FIRMADA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL JULGADO SOB A TÉCNICA DOS REPETITIVOS PELO STJ (RESP Nº 1.168.625/MG). ART. 34 DA LEF. NÃO CONHECIMENTO.

(TJBA, Classe: Apelação, Número do Processo: 0849196-29.2016.8.05.0001, Relator(a): João Batista Alcantara Filho, Quarta Câmara Cível, Publicado em: 01/11/2017)

Assunto: Legalidade da majoração da mensalidade do plano de saúde em caso de migração, se previsto no contrato coletivo.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO. MENSALIDADE. MIGRAÇÃO DE PLANO. INCLUSÃO DE BENEFICIÁRIO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A realidade dos autos indica, no caso concreto, a ausência do requisito previsto no artigo 300 do CPC, ou seja: a probabilidade do direito alegado pelo recorrente. 2. Assim, nesse momento processual, tem-se que não há nenhum indício da presença de eventual ilegalidade em relação à cobrança da mensalidade do plano de saúde objeto da lide, sobretudo porque demonstrada a migração ao contrato coletivo intermediado pelo SINDCONTCE, o qual prevê reajuste de mensalidade de acordo com a faixa etária (fl. 219), bem como a inclusão de beneficiário ao novo plano do recorrente (fl. 191). 3. Portanto, o indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela provisória de urgência era mesmo de absoluto rigor, não comportando nenhuma alteração. 4. Recurso improvido.

(TJCE; Agravo de Instrumento n.º 0627140-25.2017.8.06.0000; Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 2ª Câmara Direito Privado; Data do julgamento: 01/11/2017)

Assunto: Caracterização de cerceamento ao exercício livre e regular da atividade econômica no ato que impede a emissão de notas fiscais de serviço para os contribuintes inadimplentes como medida coercitiva para pagamento de tributos.



MANDADO DE SEGURANÇA - Instrução Normativa SF/SUREM nº 19/11 - Suspensão da emissão de notas fiscais eletrônicas de contribuintes inadimplentes - Impossibilidade - É inadmissível a criação de óbices à atividade econômica como medida coercitiva para pagamento de tributos - Inteligência das Súmulas nº 70, 323 e 547 do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis ao caso - Inconstitucionalidade reconhecida pelo Colendo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça,

nos termos do artigo 97, da Constituição Federal - Segurança concedida em 1ª Instância - Sentença mantida - Recurso voluntário não provido.

(TJSP; Apelação 1049361-82.2015.8.26.0053; Relator (a): Leme de Campos; Órgão Julgador: 10ª Câmara Extraordinária de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 8ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 23/10/2017; Data de Registro: 01/11/2017)

Assunto: Inexistência de grupo econômico entre operadoras de planos de saúde da mesma rede, por se tratarem de cooperativas distintas, que possuem personalidade jurídica diversa e autonomia patrimonial.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA UNIMED - SOLIDARIEDADE POR DÍVIDAS - INEXISTÊNCIA - DECISÃO QUE SUSPENDEU A EXECUÇÃO PROPOSTA EM FACE DA UNIMED PAULISTANA, EM RAZÃO DE SUA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PRETENSÃO DE INCLUSÃO DE OUTRA COOPERATIVA UNIMED NO POLO PASSIVO - INADMISSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA - Conforme entendimento que tem prevalecido na Colenda 8ª Câmara de Direito Privado, a solidariedade existente entre as cooperativas integrantes do Sistema Unimed se limita à prestação de serviços aos seus usuários, observados os termos do contrato, não alcançando as dívidas que cada uma delas contraiu - Inadmissibilidade de se substituir a Unimed Paulistana, em liquidação extrajudicial, por outra cooperativa, na fase de cumprimento de sentença - Manutenção da decisão que suspendeu a execução, enquanto o crédito é habilitado na liquidação - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2088644-89.2017.8.26.0000; Relator (a): Alexandre Coelho; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 12ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/10/2017; Data de Registro: 31/10/2017)

Assunto: Ausência de obrigação de operadora de plano de saúde de manter usuário em plano coletivo extinto.



PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO ENTRE OS CONTRATANTES. PEDIDO DE PERMANÊNCIA NO PLANO EXTINTO. Insurgência dos autores em face da sentença de improcedência. Pretensão à manutenção do plano coletivo extinto. Não acolhimento. Rescisão imotivada de plano de saúde coletivo após doze meses é permitida (art. 17, § único da RN 195/2009 da ANS). Precedentes do STJ nesse sentido. Situação que impossibilita a manutenção do antigo plano, cabendo aos autores, no máximo, um plano de saúde individual e sem carências (art. 26, III e § 2º da RN 279 da ANS; art. 1º da RN 19/1998 do CONSU). Caso em que a apelada cumpriu com tal obrigação. Autores que alegaram serem abusivos os valores das mensalidades. Não acolhimento. Valores dentro dos padrões de mercado e faixas etárias em conformidade com a RN 63/2003 da ANS. Obrigação dos autores que, nesse caso, era de arcar com a nova mensalidade do plano individual. Precedentes. Sentença mantida. Recurso desprovido.

(TJSP; Apelação 1006450-54.2016.8.26.0624; Relator (a): Carlos Alberto de Salles; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado; Foro de Tatuí - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/10/2017; Data de Registro: 31/10/2017)

Assunto: Ausência de demonstração de desproporção do reajuste de parcelas de plano de saúde realizada com base no índice de sinistralidade apurado e nas condições contratadas, mediante nota técnica atuarial controlada e autorizada pela agência reguladora.



REVISÃO DE CONTRATO - Reajuste das parcelas do prêmio do plano de saúde em razão de sinistralidade. Sentença de improcedência. Recurso da autora. Previsão devidamente descrita no contrato. Ausência de ilegalidade. Inocorrência de violação ao Código de Defesa do Consumidor e à Lei 9.656/98. Recurso não provido, indeferida a gratuidade.

(TJSP; Apelação 1124546-19.2014.8.26.0100; Relator (a): Enio Zuliani; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/10/2017; Data de Registro: 31/10/2017)

Assunto: Inadmissibilidade de pretensão de reembolso de despesas médicas realizadas fora da rede credenciada por ausência de enquadramento nas hipóteses especiais.



Apelação - Plano de saúde - Pretensão de reembolso de despesas em razão de atendimento de urgência em estabelecimento fora da rede credenciada - Inadmissibilidade - Reembolso que somente seria admitido em hipóteses especiais, como inexistência de estabelecimento credenciado no local, recusa do hospital conveniado de receber o paciente, urgência da internação inviabilizando recurso à rede credenciada, falta de condições de prestar o atendimento - Hipótese sub judice em que havia variados hospitais aptos a prestar atendimento, em igual distância em relação àquele escolhido pela autora - Atendimento sem maior complexidade - Cláusula limitativa de cobertura (região geográfica) e de reembolso que não é em si incompatível com o Código de Defesa do Consumidor - Sentença de improcedência. Recurso improvido.

(TJSP; Apelação 0049398-96.2013.8.26.0506; Relator (a): Enéas Costa Garcia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ribeirão Preto - 8ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/10/2017; Data de Registro: 31/10/2017)

Assunto: Obrigação de cooperado excluído responder pelos prejuízos do exercício em que se deu seu desligamento.



Apelação. Monitoria. Cobrança de rateio aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Sentença de procedência. Preambularmente, em resposta à determinação da relatoria, sobreveio documentação demonstrando o encerramento do inventário de Francisco Lourenço Cintra, o que possibilita a habilitação, no polo passivo, das sucessoras do "de cujus". No mérito, o prévio pedido de exclusão do cooperado não se mostra suficiente para afastar sua responsabilidade pelos débitos pretéritos. Ausência de aprovação do balanço patrimonial referente ao ano de afastamento do cooperado. Recorrência de saldo patrimonial negativo ao longo dos anos em que o cooperado ainda possuía vínculo com a requerente. Manutenção da r. sentença. Regularização do polo passivo determinada. Recurso desprovido, com determinação.

(TJSP; Apelação 0003665-85.2001.8.26.0132; Relator (a): Jonize Sacchi de Oliveira; Órgão Julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Foro de Catanduva - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 26/10/2017; Data de Registro: 31/10/2017)

Assunto: Ausência de abusividade da cláusula excludente de serviços de home care por estar prevista de forma clara e inteligível no contrato.



Plano de Saúde. Home care que nada mais é do que a transferência de paciente internado para terminar a internação em casa, com benefício para todos os envolvidos. Hipótese que é de tratamento domiciliar, serviço excluído do contrato. Probabilidade do direito ausente. Art. 300 do CPC. Recurso provido para revogar a tutela antecipada.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2104973-79.2017.8.26.0000; Relator (a): Maia da Cunha; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Foro de Itapetininga - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/10/2017; Data de Registro: 31/10/2017)

Assunto: Ausência de obrigação de operadora de plano de saúde de manter usuário em plano coletivo extinto.



Apelação cível. Obrigação de fazer. Plano de saúde. Rescisão do contrato entre a operadora e a ex-empregadora. Inadimplemento da empregadora. Operadora que ofereceu o direito de migração para plano individual ou familiar. Recusa do autor e pedido para manutenção no plano nos moldes do contrato coletivo, sobretudo quanto valores. Procedência do pedido. Inconformismo da ré acolhido em sede recursal. Não pode haver distinção entre ativos e inativos. Uma vez tendo havido a rescisão do contrato de assistência médica, não pode a operadora ser obrigada a manter o autor em plano coletivo extinto. Art. 26, III da Res. 279 da ANS e Resolução CONSU 19. Recurso provido para o julgamento de improcedência do pedido, invertido o ônus da sucumbência com a majoração dos honorários advocatícios (art. 85, §11 do CPC).

(TJSP; Apelação 1000104-65.2017.8.26.0038; Relator (a): Silvério da Silva; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro de Araras - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 30/10/2017; Data de Registro: 30/10/2017)

Assunto: Cabimento da alegação de nulidade da execução ou causa extintiva da obrigação em embargos à arrematação somente se ocorridas posteriormente a penhora.



EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. VÍCIO PENHORA. PRECLUSÃO. MATÉRIA. LIMITAÇÃO DE COGNIÇÃO. LITIGÂNCIA MÁ-FÉ. Os embargos à arrematação tem sua matéria limitada à alegação de nulidade da execução ou causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à penhora, ex vi do disposto no art. 746, do CPC/73. Constatado nos autos o comportamento contraditório e malicioso da parte a manutenção da sua condenação nas penas por litigância de má-fé é medida que se impõe.

(TJMG - Apelação Cível 1.0349.14.002124-8/002, Relator(a): Des.(a) Cabral da Silva , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 01/11/2017)

Assunto: Legalidade da capitalização de juros em contratos firmados por entes que integrem o Sistema Financeiro Nacional, desde que tenha expressa pactuação e seja posterior a 31.03.2000.



APELAÇÃO CÍVEL. INOVAÇÃO RECURSAL. TARIFAS ADMINISTRATIVAS - NÃO CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CDC. APLICAÇÃO. OPERAÇÕES BANCÁRIAS. JUROS. LIMITAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO. ENTIDADE PERTENCENTE AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA- AUSÊNCIA. REVISÃO DE ENCARGOS MORATÓRIOS. REPETIÇÃO. VALORES INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. MANEIRA SIMPLES. Os juros remuneratórios no sistema jurídico pátrio não estão sujeitos a limitação objetiva, podendo ser cobrados em percentuais acima dos estabelecidos na Lei de usura, no Código Civil ou do revogado art. 192 §3º da CF. Com a dilação do prazo previsto no art. 25 do ADCT, o Conselho Nacional Monetário remanesceu competente para a fixação dos juros em nosso país. É lícita a capitalização de juros em contratos firmados por entes que integrem o Sistema Financeiro Nacional, desde que tenha expressa pactuação neste sentido, e que seja posterior a 31 de março de 2000. A comissão de permanência não é potestativa, pois que não é fixada pelo próprio credor. Contudo, a sua cumulação com encargos moratórios, juros remuneratórios e multa é impossível devido a configuração de "bis in idem". A repetição dos valores solvidos indevidamente pelo consumidor deve ser feita de maneira simples, pois não agira o fornecedor de má-fé.

(TJMG - Apelação Cível 1.0035.10.000896-6/003, Relator(a): Des.(a) Cabral da Silva , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 01/11/2017)

Assunto: Não cabimento da suspensão de ação de execução de título extrajudicial enquanto pendente ação de revisão contratual baseada na mesma cédula de crédito bancário.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO E REVISIONAL DE CONTRATO - CONEXÃO - MESMA CAUSA DE PEDIR - POSSIBILIDADE DE DECISÕES CONFLITANTES - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E DOS EMBARGOS - DESCABIMENTO - JUÍZO PREVENTO. Há conexão entre ação de execução de título extrajudicial e ação de revisão contratual baseada na mesma cédula de crédito bancário, devendo ser determinada a reunião de feitos (STJ: EDcl no CC 139.782/GO). "A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução" (art. 784, §1º do CPC/15), motivo pelo qual não tem cabimento a suspensão da execução enquanto pendente a revisional do contrato.

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0355.17.000608-2/001, Relator(a): Des.(a) Manoel dos Reis Moraes , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 01/11/2017)

Assunto: Ausência de falha na prestação do serviço por cooperativa habitacional que cumpriu o dever de informar cooperado sobre as condições para liberação do crédito e das consequências de eventual desistência do contrato.



Apelação. Cooperativa habitacional CASABELLA. Consumidora que afirma ter havido falha na prestação do serviço, particularmente no que tange ao dever de informar, por parte da cooperativa, acerca das condições para liberação do crédito habitacional e das consequências de eventual desistência do contrato. Informações que constam expressamente dos contratos e informativos trazidos aos autos pela própria autora, com a sua assinatura. Falha no dever de informar não caracterizada. Pretensão da ré de reter, nos termos do contrato, valores pagos pela autora, em decorrência da desistência, que merece acolhida parcial. Embora o contrato preveja a retenção de parcelas pagas em caso de desistência, tem-se entendido ser parcialmente inválida tal previsão, quando ultrapassa o percentual de 10% dos valores pagos a qualquer título (mensalidades, taxa de associação e multa). Dano moral à consumidora não verificado, diante da ausência de falha na prestação do serviço. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

(TJRJ, Apelação 0001130-50.2015.8.19.0210, Des(a). CELSO SILVA FILHO - Julgamento: 25/10/2017 - VIGÉSIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR, DJe 27/10/2017)

Assunto: Licitude do cancelamento do contrato de plano de saúde por inadimplência do segurado.



APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE REATIVAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CANCELAMENTO DO CONTRATO POR INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO. LICITUDE RECONHECIDA. INCONTROVERSO E INADIMPLEMENTO DO CONSUMIDOR. COMPROVADA NOTIFICAÇÃO PARA PURGAÇÃO DA MORA. RESPEITO À NORMATIVA CONTRATUAL, QUE RETRATA O ARTIGO 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI N. 9.656/98. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO.

(Apelação Cível Nº 70070499470, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alex Gonzalez Custodio, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 31/10/2017)

Assunto: Responsabilidade do adquirente do automóvel pela transferência e regularização do bem junto ao DETRAN.



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO COMINATÓRIA. COMPRA E VENDA DE AUTOMÓVEL. TRANSFERÊNCIA E REGULARIZAÇÃO JUNTO AO DETRAN. RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE. ART. 123, §1º, DO CTB. 1. O adquirente do veículo possui o dever de zelar pela regularização do veículo junto ao DETRAN, conforme preconizado pelo art. 123, § 1º, do CTB. 2. Caso em que a demandante logrou comprovar a venda do veículo e a assinatura de termo de responsabilidade pelo adquirente, e o pagamento de imposto veicular e demais encargos relativos ao veículo após a tradição do bem. 3. Diante dos honorários advocatícios na origem terem sido fixados no patamar máximo permitido (20%), é vedada a majoração em grau recursal. Inteligência do art. 85, § 11, in fine, do CPC. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70072226657, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 31/10/2017)

Assunto: Possibilidade de reajuste anual em contrato de plano na modalidade coletivo pela liberdade da pactuação entre operadora e contratante.



APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. REAJUSTE ANUAL REVISÃO. No caso dos autos, afigura-se legal a livre pactuação dos reajustes entre os contratantes de planos na modalidade coletiva. Quanto aos contratos coletivos não há qualquer vinculação aos percentuais fixados pela ANS, pelo contrário, a própria agência reguladora estabelece que os reajustes das contraprestações estabelecidas nestes contratos podem ser livremente pactuados entre a operadora e a contratante. Diante deste quadro devem ser mantidos os reajustes anuais na forma aplicada no curso da contratualidade. DERAM PROVIMENTO.

(Apelação Cível Nº 70069739712, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alex Gonzalez Custodio, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 31/10/2017)

Assunto: Não cabimento de indenização por danos morais quando a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se dá por não pagamento da conta final.



RECURSO INOMINADO. INSCRIÇÃO DEVIDA. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE DÍVIDA C/C REPETIÇÃO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENERGIA ELÉTRICA. EXISTÊNCIA DE DÉBITO RELATIVO AO NÃO PAGAMENTO DA CONTA FINAL. COBRANÇA DEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJRS, Recurso Cível Nº 71006909402, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Sergio Fernando Tweedie Spadoni, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Legalidade da cláusula de coparticipação em contrato de plano de saúde.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. CONFORME PRECONIZA O INCISO VIII DO ART. 16 DA LEI 9.656/98, O REGIME DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURADO CONHECIDO COMO COPARTICIPAÇÃO É PERFEITAMENTE VÁLIDO, UMA VEZ QUE DECORRE EM UMA DIMINUIÇÃO DO CUSTO DO SEGURO OU DA MENSALIDADE DO PLANO, POR MEIO DE FRANQUIAS OU LIMITES FINANCEIROS DAS COBERTURAS, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM QUALQUER ABUSIVIDADE NA RESPECTIVA CLÁUSULA. TUTELA PROVISÓRIA REVOGADA. Agravo de instrumento provido.

(Agravo de Instrumento Nº 70074959610, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpim Corrêa, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 03/11/2017)

Assunto: Inocorrência de nulidade de cláusula contratual que limita o período de 12h para internação a nível ambulatorial.



Apelação cível. Seguros. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual. Inocorrência da nulidade da cláusula contratual. A limitação de internação de 12h a nível ambulatorial encontra respaldo na Resolução 387/2015 da ANS. Somente em algum caso específico e concreto em que a ré deixasse de promover a remoção do paciente ou negasse a continuidade do tratamento poderia haver a nulidade da cláusula ou a condenação da ré a custear o tratamento. Apelo não provido.

(Apelação Cível Nº 70075150219, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Preferência do credor de ser nomeado como fiel depositário do bem móvel penhorado.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE BENS MÓVEIS. ENCARGO DE FIEL DEPOSITÁRIO DE BEM PENHORADO. PREFERÊNCIA DO CREDOR. Nos termos do previsto no §1º do artigo 840 do Código de Processo Civil recai sobre o credor a preferência de ser nomeado como fiel depositário do bem móvel penhorado. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, COM BASE NO ARTIGO 932 V E VIII, DO CPC E ARTIGO 169, XXXIX, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE.

(Agravo de Instrumento Nº 70075409482, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 03/11/2017)

Assunto: Ausência de interesse na prestação de contas requerida de forma genérica, quando não evidenciada a dúvida quanto aos lançamentos em conta corrente.



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE DÚVIDA SOBRE LANÇAMENTOS EM CONTA-CORRENTE. 1. Preliminar contrarrecursal. Falta de requisito de admissibilidade recursal. Dialecticidade. Apesar de sucinta a peça recursal da parte autora, impugnou os principais fundamentos da sentença, estando preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal. 2. A ação de prestação de contas compete a quem tiver o direito de exigi-las, nos moldes do art. 914 do Código de Processo Civil de 1973 (atual art. 550 do diploma processual civil vigente). 3. A despeito de reconhecido o interesse na prestação de contas pelo correntista, conforme entendimento consolidado na súmula 259 do Superior Tribunal de Justiça, independentemente de envio de extratos bancários mensais, no caso concreto o autor não indicou sequer uma dúvida de forma individualizada e relativa a lançamento verificado no extrato simplificado recebido da instituição financeira. 4. Há interesse de agir quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando esta pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático, o que não verificado. 5. Honorários recursais devidos, nos termos do art. 85, §§ 1º e 11, do Código de Processo Civil/2015. Majorada a verba honorária fixada na sentença. PRELIMINAR CONTRARRECURSAL REJEITADA E APELAÇÃO DESPROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70074121864, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 31/10/2017)

Assunto: Cabimento da penhora dos direitos e ações do devedor sobre o veículo alienado fiduciariamente.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA SOBRE VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE. CABIMENTO. A penhora dos direitos e ações do devedor sobre o veículo alienado fiduciariamente é cabível, resguardado o direito do credor fiduciário, em conformidade com o disposto no art. 655, XI, do CPC/73, atual art. 835, XIII (novo CPC), o que parece ter sido a intenção do julgador a quo, conforme, inclusive, ratificado pela parte agravada. Assim, não se visualiza o desacerto da decisão, devendo ser mantida a constrição deferida. REJEITADA A PRELIMINAR CONTRARRECURSAL E DESPROVIDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO.

(Agravado de Instrumento Nº 70074905498, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 24/10/2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Ausência de ilegalidade de bloqueio de valores por parte do credor, havendo previsão contratual autorizando o desconto das quantias em conta do devedor.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. LIMINAR. BLOQUEIO DE VALORES. PREVISÃO CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR. DECISÃO MANTIDA. Para a concessão da tutela antecipada é necessário que estejam reunidos os pressupostos estabelecidos pelo art. 300 do CPC. No caso dos autos, a agravante não demonstrou a verossimilhança do direito alegado. Além disso, o princípio de que a execução se desenvolve no interesse do credor e da responsabilidade patrimonial não são absolutos e a sua aplicação deve se harmonizar com aqueles que impõem utilidade à execução, menor gravame e onerosidade ao devedor e efetividade da execução por meios que respeitem a dignidade do devedor. Não se verifica a ilegalidade do bloqueio dos valores por parte da agravada, havendo previsão contratual autorizando o desconto dos valores em conta do devedor. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

(Agravado de Instrumento Nº 70074377797, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em 19/10/2017, Publicado em 31/10/2017)

Assunto: Inexistência de danos materiais e morais pelo lançamento de tarifas/encargos bancários em conta corrente previstos em contrato.



RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. LANÇAMENTO DE TARIFAS/ENCARGOS BANCÁRIOS EM CONTA CORRENTE. APRESENTAÇÃO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE COM O AJUSTE DE PACOTE DE SERVIÇOS CONTRATADOS. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - DM92 - 0003378-68.2016.8.16.0167 - Terra Rica - Rel.: Rafael Luis Brasileiro Kanayama - J. 27.10.2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Ausência de danos morais pela cobrança da “cesta de relacionamento”, desde que devidamente contratada.



RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUTOR ALEGA COBRANÇA INDEVIDA DENOMINADO “CESTA DE RELACIONAMENTO” DEMONSTRADO NO EXTRATO BANCÁRIO. CONTRATAÇÃO DEMONSTRADA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. Recurso desprovido.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - DM92 - 0000265-34.2017.8.16.0115 - Matelândia - Rel.: Renato Henriques Carvalho Soares - J. 27.10.2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Impossibilidade de manutenção do valor do plano de saúde individual nos mesmos moldes do plano coletivo.



RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. RESCISÃO UNILATERAL E IMOTIVADA DE CONTRATO COLETIVO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DO VALOR DO PLANO INDIVIDUAL NOS MESMOS MOLDES DO PLANO COLETIVO. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO INICIAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - DM92 - 0001928-07.2016.8.16.0033 - Pinhais - Rel.: James Hamilton de Oliveira Macedo - J. 27.10.2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Responsabilidade exclusiva do consumidor pela guarda da senha de cartão.



RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. BANCÁRIO. FURTO DE CARTÃO. CONSUMIDOR QUE GUARDAVA A SENHA JUNTO COM O CARTÃO. CULPA EXCLUSIVA DA VITIMA. RESTITUIÇÃO INCABÍVEL. JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - DM92 - 0000610-46.2016.8.16.0111 - Manoel Ribas - Rel.: James Hamilton de Oliveira Macedo - J. 27.10.2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Ausência de interesse na prestação de contas requerida de forma genérica, quando não evidenciada a dúvida quanto aos lançamentos em conta corrente.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CONTA CORRENTE. PETIÇÃO INICIAL. CASO CONCRETO. PEDIDO GENÉRICO. VERIFICAÇÃO. INÉPCIA DA INICIAL. CONFIGURAÇÃO. PRETENSÃO REVISIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. MANUTENÇÃO. 1. Embora a ação de prestação de contas possa ser proposta por titular de conta corrente bancária (Súmula n.º 259, STJ), é imprescindível, para tanto, que o requerente aponte objetivamente o que pretende ver esclarecido. 2. "Essa impossibilidade de se proceder à revisão de cláusulas contratuais diz respeito a todo o procedimento da prestação de contas, ou seja, não pode o autor da ação deduzir pretensões revisionais na petição inicial (primeira fase), conforme a reiterada jurisprudência do STJ, tampouco é admissível tal formulação em impugnação às contas prestadas pelo réu (segunda fase)" (REsp 1497831/PR, Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Rel. P/ Acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, Julgado Em 14/09/2016, Dje 07/11/2016). 3. Apelação cível conhecida e não provida.

(TJPR - 15ª C. Cível - AC - 1719559-2 - Irati - Rel.: Luiz Carlos Gabardo - Unânime - J. 25.10.2017, Publicado em 01/11/2017)

Assunto: Inocorrência de dano moral pela não caracterização de tempo excessivo de espera para ocorrência de atendimento.



RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE DEMORA NO ATENDIMENTO DO FILHO DOS RECORRIDOS. CHEGADA AO HOSPITAL ÀS 12H58MIN. EXAME LIBERADO ÀS 13H24MIN, OU SEJA, CERCA DE 25 (VINTE E CINCO) MINUTOS APÓS A CHEGADA DOS RECORRIDOS AO HOSPITAL. RECORRIDOS QUE SE EVADIRAM DO HOSPITAL 4 (QUATRO) MINUTOS ANTES DA LIBERAÇÃO. TEMPO EXCESSIVO NÃO CARACTERIZADO. CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE NÃO DEMONSTRADA. INOCORRÊNCIA DE ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. Recurso provido.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - DM92 - 0017325-51.2016.8.16.0019 - Ponta Grossa - Rel.: Marcelo de Resende Castanho - J. 27.10.2017, Publicado em 30/10/2017)

Assunto: Regularidade do contrato que prevê expressamente a incidência de encargos sobre o valor do débito, capitalizados mensalmente, bem como, em caso de inadimplência, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA. PRETENDIDO O CÔMPUTO DOS ENCARGOS CONTRATADOS SOBRE O VALOR DO DÉBITO. MÚTUO FENERATÍCIO QUE, POR SUA NATUREZA, IMPORTA EM INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE O MONTANTE MUTUADO. CONTRATO QUE PREVÊ EXPRESSAMENTE O ACRÉSCIMO DESTES ENCARGOS, CAPITALIZADO MENSALMENTE, BEM COMO, À INADIMPLÊNCIA, JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS E MULTA DE 2%. DISPOSIÇÃO PACTUADA QUE DEVE PREVALECER, ATÉ O PAGAMENTO DA DÍVIDA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. SENTENÇA REFORMADA. "Havendo inadimplência, o termo final para a cobrança dos encargos contratados não é o ajuizamento da ação executiva, mas o efetivo pagamento do débito" (REsp 402425/SP, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 9-3-2010). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0303017-84.2016.8.24.0092, da Capital, rel. Des. Altamiro de Oliveira, Quarta Câmara de Direito Comercial, j. 31-10-2017)

Assunto: Legitimidade de cláusula contratual que prevê a exclusão de cobertura para os tratamentos realizados no nosocômio não conveniado ao plano de saúde, sendo inviável o reembolso.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO/HOSPITALARES GERADAS EM RAZÃO DE TRATAMENTO PRESTADO POR NOSOCÔMIO NÃO CONVENIADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. APLICABILIDADE CONJUNTA DA LEI N. 9.656/98 E DO CÓDIGO CONSUMERISTA. PLEITO VISANDO A CONDENAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE AO PAGAMENTO DAS DESPESAS DECORRENTES DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO REALIZADO FORA DA REDE CONVENIADA. INSUBSISTÊNCIA. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E RISCO DE VIDA NÃO CARACTERIZADA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA TER O REQUERENTE OPTADO LIVRE E ESPONTANEAMENTE PELA UTILIZAÇÃO DE MÉDICO E NOSOCÔMIO NÃO CONVENIADOS. AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE PROVA DE QUALQUER NEGATIVA DE ATENDIMENTO POR PARTE DA UNIMED. EXISTÊNCIA, OUTROSSIM, DE CLÁUSULA CONTRATUAL CLARA E PRECISA PREVENDO A EXCLUSÃO DE COBERTURA PARA OS TRATAMENTOS REALIZADOS NO NOSOCÔMIO ELEITO PELO AUTOR. PLEITO DE REEMBOLSO INVIÁVEL. ILICITUDE NÃO CONFIGURADA. INDENIZAÇÕES AFASTADAS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA, EX VI DO ART. 85, §11, DO NCPC.

(TJSC, Apelação Cível n. 0302868-55.2015.8.24.0082, da Capital - Continente, rel. Des. Denise Volpato, Sexta Câmara de Direito Civil, j. 31-10-2017)

Assunto: Necessidade de cumprimento de novos prazos de carência pelo beneficiário de plano coletivo empresarial quando da migração a um novo plano de saúde.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PLANO DE SAÚDE. MIGRAÇÃO. CARÊNCIA. PARTO. LIMINAR. - INTERLOCUTÓRIO POSITIVO NA ORIGEM. MIGRAÇÃO. PLANO EMPRESARIAL. CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ACOLHIMENTO. - A migração a novo plano de saúde, sem o cumprimento de novos prazos de carência, não é possível ao beneficiário de plano coletivo empresarial (art. 13, da Resolução n. 254/2011, da ANS). Inexistência da probabilidade do direito que afasta a pretensão autoral de concessão de tutela de urgência. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 4008506-58.2017.8.24.0000, de São Lourenço do Oeste, rel. Des. Henry Petry Junior, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 31-10-2017)

Pautas de Julgamento



42 processos pautados nos Tribunais Superiores.



SAÚDE

23 recursos no STJ



CRÉDITO

05 recursos no STJ



AGROPECUÁRIO

06 recursos no STF

06 recursos no STJ



HABITACIONAL

02 recursos no STJ

Clique e acesse a pauta completa no STF



Clique e acesse a pauta completa no STJ



Elaborado pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

61 3217-2104 - www.somoscooperativismo.coop.br

